



# Câmara Municipal de Ibitinga

Estado de São Paulo

Avenida Dr. Victor Maida, nº 563 – Centro – Ibitinga (SP) – Fone (16) 3352-7840 – CEP 14940-097  
Site: [www.ibitinga.sp.leg.br](http://www.ibitinga.sp.leg.br) / E-mail: [informacao@camaraibitinga.sp.gov.br](mailto:informacao@camaraibitinga.sp.gov.br)

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 10/2023

**Autoriza o Poder Executivo a instituir o passe livre nos serviços de transporte público coletivo local, como garantia do direito social.**

(Projeto de Lei Ordinária nº \_\_\_\_/2023, de autoria da Vereadora Alliny Sartori)

**Art. 1º** Esta Lei autoriza o Poder Executivo a instituir o PASSE LIVRE nos serviços de transporte público coletivo local, como garantia do direito social ao transporte, conforme o artigo sexto da Constituição Federal.

**Art. 2º** O direito social ao transporte é reconhecido como essencial para a efetividade de outros direitos, como saúde, educação, lazer, cultura, religião, trabalho ou pela sua busca e para a realização de uma vida digna de qualidade, daí a necessidade do PASSE LIVRE.

**Art. 3º** O PASSE LIVRE será assegurado a todos os cidadãos.

**Art. 4º** A gratuidade do serviço do transporte público coletivo local poderá ser implantado após o vencimento do prazo de concessão estabelecido pela Lei nº 2.700, de 23 de Dezembro de 2003, que dispõe sobre a concessão de Serviços de Transporte Coletivo Urbano no Município de Ibitinga e dá outras providências, pelo que se recomenda que o Executivo proponha novo modelo de remuneração dos serviços, pelo qual se separe o valor a pagar pelo serviço prestado e a tarifa.

**Art. 5º** A gratuidade definida nesta Lei será assegurada com recursos orçamentários do município.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Dejanir Storniolo”, em 13 de fevereiro de 2023.

**ALLINY SARTORI**  
**Vereadora - MDB**

### JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI

**Excelentíssimo Senhor Presidente e demais Vereadores,**

O transporte público coletivo não pode mais ser tratado como um produto, mas sim reconhecido e priorizado como direito social, entre os diversos direitos que são assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e também pela Constituição Federal de 1988.

O direito ao transporte está estreitamente relacionado à realização de outros direitos fundamentais. Para o cidadão de baixa renda ter acesso a outras áreas (como saúde



educação, lazer, cultura, religião, trabalho ou pela sua busca), quase sempre precisará utilizar algum meio de locomoção. Isso significa dizer que o transporte é um serviço público essencial, que deve ser garantido pelo Estado e não pode ser limitado apenas a quem tem condições de pagar por ele.

A mobilidade urbana é tratada como um serviço, o transporte como um produto e a tarifa é parte de um produto excludente dos que não podem pagar como, por exemplo, os desempregados da nossa cidade.

Ibitinga, 13 de fevereiro de 2023.

**ALLINY SARTORI**  
**Vereadora - MDB**

